



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/08/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	3 - 5
2.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. COMARCAS.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8
4.2. DECISÕES.....	9 - 10
4.3. POSSE.....	11
4.4. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	13
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	14 - 17
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. COMARCAS.....	18
7.2. EXECUÇÕES PENAS.....	19 - 20
7.3. JUÍZES.....	21
7.4. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	23
8.2. EXECUÇÕES PENAS.....	24 - 25
8.3. JUÍZES.....	26

Mais 30 comarcas passam a contar com juízes titulares

Pág. 6

Mais 30 comarcas passam a contar com juízes titulares

Mais 30 trinta comarcas iniciais vagas passam a contar, a partir desta quinta-feira (13), com novos juízes titulares, recém-empossados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A escolha das unidades judiciais a serem ocupadas foi feita em audiência pública, obedecendo ordem de antiguidade para fins de titularização dos ma-

gistrados.

A vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, conduziu a cerimônia e assinou os termos de titularização, no gabinete da Presidência do Tribunal.

Por designação da presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Freire, o desembargador Cleones Cunha presidiu a audiência pública

de escolha das comarcas, nesta quarta-feira (12). A opção dos juízes foi feita segundo a ordem de classificação no concurso público, homologado conforme a Resolução nº 022/2015.

A sessão foi iniciada pelo juiz Isaac Diego Vieira de Sousa e Silva, primeiro colocado, que optou pela comarca de São Bernardo

para iniciar sua carreira na magistratura. Em seguida, Raniel Barbosa Nunes escolheu assumir a zona judiciária de São João dos Patos. Em terceiro lugar, Ivna Cristina de Melo Freire, iniciará suas atividades como juíza de Pindaré-Mirim.

Do quarto ao trigésimo lugar, as comarcas foram escolhidas na seguinte ordem:

Samir Araujo Mohana Pinheiro – Urbano Santos; **Raphael Leite Guedes Medeiros de Azevedo** – Pio XII; **Tonny Carvalho Araujo Luz** – São Luiz Gonzaga do Maranhão; **Adriana da Silva Chaves** – Bequimão; **Italo Lopes Gondim** – Amarante do Maranhão; **Muryelle Tavares Leite Gonçalves** – Magalhães de Almeida; **Michelle Amorim Sancho Souza** – Cedral; **Claudilene Moraes de Oliveira** – Pastos Bons; **Cristina Leal Meireles** – Esperantinópolis; **Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim** – Turiaçu; **Francisco Eduardo Girao Braga** – Cantanhede; **Bruno Nayro de Andrade Miranda** – São Pedro da Água Branca; **Mayana Nadal Sant Ana Andrade** – Buriti Bravo; **Thiago Henrique; Oliveira de Avila** – Passagem Franca; **Carlos Alberto Matos Brito** – Penalva; **Marcia Daleth Goncalves Garcez** – Poção de Pedras; **Galtieri Mendes de Arruda** – Olho D'Água das Cunhãs; **Luiz Emilio Brauna Bittencourt Junior** – Olinda Nova do Maranhão; **Eilson Santos da Silva** – Mirador; **Haderson Rezende Ribeiro** – Santo Antonio dos Lopes; **José Pereira Lima Filho** – Loreto; **Bernardo Luiz de Melo Freire** – Joselândia; **Douglas Lima da Guia** – Cururupu; **Thadeu de Melo Alves** – Bacuri; **Lyanne Pompeu de Sousa Brasil** – São Raimundo das Mangabeiras; **Selecina Henrique Locatelli** – Arame; **Vanessa Machado Lordão** – Alto Parnaíba

União, Estado e Prefeitura assinam acordo por regularização de terras



 NO MARANHÃO

União, Estado e Prefeitura assinam acordo de cooperação por regularização de terras

O Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para criar Política de Regularização Fundiária no Maranhão. A secretária nacional do Patrimônio da União, Cassandra Nunes, assinou o Termo de Cooperação e participou da I Oficina de Regularização Fundiária.

O Maranhão é o Estado que possui o maior déficit de habitação rural, proporcional, do país, por ter passado anos de omissão. Com a cooperação interinstitucional, o Governo busca solução estrutural para resolver o problema que é econômico, social e de segurança pública dos maranhenses. "Não temos medido esforços para dar condições dignas de vida a toda a população. Com segurança jurídica, vamos promover cidadania a todos", afirmou o governador.

A assinatura do Termo de Cooperação fortalece a parceria entre Governo Federal, o Estado do Maranhão e o município de São Luís, dando os primeiros passos para regularizar a questão



Governador Flávio Dino, ao lado do vice-governador, Carlos Brandão, do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, dos secretários estaduais, do diretor do Iterma, de juízas, secretários municipais e representantes das secretarias estaduais assina termo de cooperação com a secretária nacional do Patrimônio da União

fundiária no estado. "Este é um tema importante para a cidade e que nós temos levado a sério. Avançamos juntos para um mesmo caminho, de proporcionar às pessoas acesso a direitos básicos e indispensáveis", disse o prefeito Edivaldo Holanda Júnior.

Em fevereiro de 2015 começaram as primeiras

reuniões de trabalho, em parceria com a SPU, Governo e Prefeitura. Na primeira etapa, a mobilização das comunidades permitiu que a equipe técnica detalhasse situação atual da regularização fundiária no Maranhão. "O nosso objetivo é mobilizar as comunidades, fazer o cadastro dos moradores e, finalmente, formalizar a

entrega de títulos. É um desafio gigantesco, mas com a colaboração de todos levaremos direitos àqueles que mais precisam", afirmou a secretária de Cidades, Flávia Alexandrina.

"O Maranhão será um grande exemplo para o país na questão da regularização fundiária. O Acordo é um exemplo do que o Brasil colaborativo faz e é capaz de fazer", disse a secretária nacional da SPU. Cassandra Nunes destacou o interesse da União em disponi-

bilizar terras públicas para os que mais precisam. Ela ressaltou ainda que pensar a regularização de terras é uma missão sócio-ambiental e econômica que minimiza as desigualdades sociais em todo país.

A secretária nacional do Patrimônio da União participou também da I Oficina de Regularização Fundiária que aconteceu na última quarta-feira (12). O encontro permitiu o diálogo e a troca de experiências entre a SPU e lideranças

dos movimentos ligados à regularização fundiária.

No ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, estavam presentes ainda o vice-governador, Carlos Brandão, os secretários estaduais, Adelmo Soares (Agricultura), Robson Paz (Comunicação), o diretor do Iterma, Mauro Jorge, as juízas Oriana Gomes, Luzia Neponucena e Francisca Galiza, secretários municipais e representantes das secretarias estaduais.

PGE garante economia de mais de R\$ 7 mi ao MA

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu uma importante vitória na justiça que garantiu a economia de mais de R\$ 7 milhões aos cofres públicos do Estado referente à cobrança indevida de contribuição sindical dos servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado.

O juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, acatou as argumentações da PGE contra a ação movida pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenasempo) no processo nº 34.510 de 2009

que buscava cobrar a contribuição sindical de todos os servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado que não havia sido recolhida desde o ano de 2004, além de obrigar o recolhimento perpétuo da contribuição nas folhas de pagamento dos servidores e a aplicação de multa pelo não recolhimento nas épocas próprias.

Em contestação, a PGE defendeu a tese de ilegitimidade ativa da Fenasempo pela falta de registro de entidade sindical no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o art. 558 da Consolidação das Leis do Trabalho.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Réu é condenado por duplo atropelamento de criança

Em sessão do Tribunal de Júri realizada, em 11 de agosto, na 1ª Vara Criminal de São José Ribamar, foi condenado o réu Raimundo José Passos Martins a seis anos e seis meses de reclusão pelo homicídio doloso, caracterizado pelo duplo atropelamento da criança João Victor Lopes da Cunha, de apenas qua-

tro 4 anos. O crime ocorreu em 17 de janeiro de 2010, na Praia do Araçagy.

No julgamento, foi acolhida a tese defendida pela promotora de justiça Gerauldes Mendonça Castro, que responde temporariamente pela 1ª Promotoria de Justiça Criminal de São José de Ribamar. A sentença foi proferida pela juíza Teresa

Cristina de Carvalho Pereira Mendes.

FATOS

João Victor estava com seus pais na Praia do Araçagy no primeiro dia de trabalho de seu pai no bar arrendado por ele.

Ao final da tarde, a criança foi tomar banho na praia. Raimundo José Passos Martins veio em alta veloci-

dade e seu veículo colheu a vítima. Logo após a primeira batida, o réu freou o veículo, para dar uma marcha à ré para fugir do local. Ao fazer isso, Raimundo José novamente atropelou a vítima, passando por cima do corpo da criança. O município de São José de Ribamar está localizado a 26 km de São Luís.

Rápidas

O projeto
Denunciar
é Proteger, do
TJ, contempla
os municípios
de Nova
Colinas
e Fortaleza
dos Nogueiras

Justiça determina que Prefeitura reforme as 27 feiras de São Luís

Foram constatadas diversas irregularidades nas feiras, que põem em risco a segurança das pessoas que trabalham e frequentam esses ambientes; Município tem 60 dias para apresentar cronograma de ações; caso contrário, pagará multa diária de R\$ 15 mil



Gato dorme no chão, em frente ao box de carnes na feira do João Paulo; local tem de ser reformado

A Justiça deu prazo de 60 dias para que a Prefeitura de São Luís apresente um programa de reforma de 27 feiras existentes na capital maranhense e estabeleceu multa diária de R\$ 15 mil em caso de descumprimento. A decisão é da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena, e atende a uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MP), na qual foram constatadas diversas irregularidades nesses ambientes que põem em risco a segurança das pessoas que trabalham e frequentam esses ambientes.

Esta não é a primeira vez que a Prefeitura de São Luís recebe ordem judicial para reformar as feiras da capital. Em julho do ano passado, determinação semelhante foi expedida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Na ocasião, foram ordenadas a interdição da feira do São Francisco e reforma das demais, o que não aconteceu.

Precário - Muitas das feiras que funcionam hoje em São Luís e que são administradas pela Prefeitura refletem a imagem do descaso e abandono. Lixo espalhado pelo chão, esgoto escorrendo a céu aberto e mau acondicionamento das mercadorias são apenas alguns dos problemas existentes nesses ambientes e que contribuem para afastar os clientes.

Para sanar tais problemas, por diversas vezes foram firmados compromissos en-

tre o Ministério Público e a Prefeitura, nos quais o Município se comprometia em regularizar essas situações. Contudo, o tempo passou, os acordos foram descumpridos e os problemas das feiras persistiram. Diante disso, a Justiça interveio e determinou a reforma delas.

Decisão - Em sua decisão, a juíza Luzia Neponucena determinou que fossem reformadas as feiras da Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embatel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tiririca, Iper São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Santa Cruz, Anil, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, do Cohatrac (Primavera) e Mercado Central, todos de responsabilidade do município.

Na ação proposta pela promotora de Justiça Márcia Lima Buhatem, não foram incluídos mercados e feiras de propriedade do Estado e de particulares, como Ceasa (Cohortifrut) e os Mercados do Peixe, do Vinhais (Cobal) e da Cidade Operária.

De acordo com o inquérito civil instaurado pelo MP para apurar as condições de funcionamento, inicialmente da feira do João Paulo, foi constatado, junto com a Vigilância Sanitária e Fundação Nacional de Saúde (Funasa) o péssimo estado de conservação do sistema de abastecimento de água, das instala-

ções sanitárias, hidráulicas e elétricas; coliformes fecais na água; lixo exposto; boxes de feirantes em situação irregular; deficiência no controle, qualidade e proteção dos alimentos; comercialização de produtos no meio da rua, dentre outros problemas. Foram realizadas inspeções nas demais feiras, sendo constatada situação semelhante.

Por causa do estado de conservação das feiras da cidade, a juíza Luzia Neponucena as comparou com lixões. "Segundo os laudos periciais da Vigilância Sanitária Estadual, do Crea e da Funasa, as feiras se assemelham a lixões a céu aberto, comprometendo a segurança das pessoas que trabalham nesses locais e também dos usuários. Hoje as feiras não têm o mínimo do que é exigido", frisou a magistrada.

O Município será notificado a respeito da decisão judicial e terá prazo de 72 horas (três dias) para informar o cumprimento das determinações judiciais, além dos 60 dias para enviar o programa de reforma de todas as 27 feiras e 120 dias para o início das reformas e adequações com o objetivo de sanar as irregularidades descritas nos relatórios da Vigilância Sanitária Estadual e do Crea.

Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Município informou que não recebeu notificação a esse respeito e que a Prefeitura de São Luís tem trabalhado na manutenção e reforma das feiras da cidade.

Esta não é a primeira vez

Em julho de 2014, o Município de São Luís recebeu ordem judicial dando prazo de 60 dias para apresentar programa de reforma, acompanhamento e fiscalização das feiras localizadas na Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tirirical, Ipem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d' Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac (Primavera) e Mercado Central. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que determina também que em 72 horas o Município procedesse à interdição do prédio onde funciona o Mercado do São Francisco, com a retirada de even-

tuais ocupantes. A reforma e adequação de cada uma das feiras e mercados deveriam se iniciar no prazo de 120 dias, sob pena de multa diária de R\$ 15 mil. A decisão do colegiado mantinha sentença da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Nepo-nucena. O pedido havia sido ajuizado pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria dos Direitos do Cidadão, com base em inspeção realizada pela Vigilância Sanitária Estadual e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que teriam constatado péssimo estado de conservação e precárias condições físicas no sistema de abastecimento de água, nas instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas - além de lixo a céu aberto, falta de equipamentos e fardamento dos manipuladores, entre outros.

Feiras que devem ser reformadas

Vila Bacanga
Vila Isabel
Anjo da Guarda
Vila Embratel
São Francisco
Praia Grande
Macaúba

Bairro de Fátima
Bom Jesus
Coroadinho
Tirirical
Ipem São Cristóvão
Vicente Fialho
Olho d'Água

Angelim
Cruzeiro do Anil
Santa Cruz
Anil
Vila Palmeira
Santo Antônio
Liberdade

Monte Castelo
João Paulo
Forquilha
Cohab
Cohatrac (Primavera)
Mercado Central

Comarcas

Desde ontem, mais trinta comarcas iniciais vagas passaram a contar com novos juízes titulares, recém-empossados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. A escolha das unidades judiciais foi feita em audiência pública obedecendo à ordem de antiguidade para fins de titularização dos magistrados.

A vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, assinou os termos de titularização no gabinete da Presidência do Tribunal. Por designação da presidente, desembargadora Cleonice Freire, o desembargador Cleones Cunha presidiu a audiência pública de escolha das comarcas na última quarta-feira. A opção dos juízes foi feita segundo a ordem de classificação em concurso público.

Rádio Justiça

O Tribunal de Justiça

(TJ-MA) comemora a boa audiência da Rádio Web Justiça no Estado, que foi ouvida 25.290 vezes desde o dia 3 de julho - data da sua migração para um servidor próprio - até o dia 6 de agosto. Este número é quase doze vezes maior do que a audiência registrada entre os dias 13 de maio - data de sua inauguração - e 2 de julho, período em a emissora esteve hospedada em um site gratuito. Os dados foram extraídos da plataforma que faz a aferição de acessos de ouvintes do veículo de comunicação.

CONQUISTA

PGE garante economia de mais de R\$ 7 mi ao estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu uma importante vitória na justiça que garantiu a economia de mais de R\$ 7 milhões aos cofres públicos do estado referente à cobrança indevida de contribuição sindical dos servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado.

O juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, acatou as argumentações da PGE contra a ação movida pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenasempo), no processo nº 34.510 de 2009, que buscava cobrar a contribuição sindical de todos os servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado que não havia sido recolhida desde o ano de 2004. Além de obrigar o recolhimento perpétuo da contribuição nas folhas de pagamento dos ser-

vidores e a aplicação de multa pelo não recolhimento nas épocas próprias.

Em contestação, a PGE defendeu a tese de ilegitimidade ativa da Fenasempe pela falta de registro de entidade sindical no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o art. 558 da Consolidação das Leis do Trabalho. Além disso, requereu a extinção do processo sem julgamento de mérito em razão da inexistência de publicação dos Editais exigidos por lei (art. 605 da CLT) para o recolhimento do imposto sindical.

Na avaliação do procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio, “a decisão foi de extrema importância para o estado por evitar, além de prejuízo aos cofres públicos, a cobrança indevida da contribuição sindical aos servidores públicos do Ministério Público Estadual, sobretudo pela falta de previsão legal”.

União, Estado e Prefeitura assinam acordo de cooperação por regularização de terras no Maranhão

Divulgação

O Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para criar a Política de Regularização Fundiária no Maranhão. A secretária nacional do Patrimônio da União, Cassandra Nunes, assinou o Termo de Cooperação e participou da I Oficina de Regularização Fundiária.

O Maranhão é o Estado que possui o maior déficit de habitação rural, proporcional, do país, por ter passado anos de omissão. Com a cooperação interinstitucional, o Governo busca solução estrutural para resolver o problema que é econômico, social e de segurança pública dos maranhenses. "Não temos medido esforços para dar condições dignas de vida a toda a população. Com segurança jurídica, vamos promover cidadania a todos", afirmou o governador.

A assinatura do Termo de Cooperação fortalece a parceria entre Governo Federal, o Estado do Maranhão e o município de São Luís, dando os primeiros passos para regularizar a questão fundiária no estado. "Este é um tema importante para a cidade e que nós temos levado a sério. Avançamos juntos para um mesmo caminho, de proporcionar às pessoas acesso a direitos básicos e indispensá-



Governador Flávio Dino, ao lado do vice-governador, Carlos Brandão, do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, dos secretários estaduais Adelmo Soares (Agricultura), Robson Paz (Comunicação), do diretor do Iterma, Mauro Jorge, das juízas Oriana Gomes, Luzia Neponucena e Francisca Galiza, secretários municipais e representantes das secretarias estaduais, assina termo de cooperação com a secretária nacional do Patrimônio da União, Cassandra Nunes

veis", disse o prefeito Edivaldo Holanda Júnior.

Em fevereiro de 2015 começaram as primeiras reuniões de trabalho, em parceria com a SPU, Governo e Prefeitura. Na primeira etapa, a mobilização das comunidades permitiu que a equipe técnica detalhasse situação atual da regularização fundiária no Maranhão. "O nosso objetivo é mobilizar as comunidades, fazer o cadastro dos moradores e, finalmente, formalizar a entrega de títulos. É um desafio gigantesco, mas com a colaboração de todos levaremos direitos àqueles que mais precisam", afirmou a secretária de Cidades, Flávia Alexandrina.

"O Maranhão será um grande exemplo para o país na questão da regularização fundiária. O Acordo é um exemplo do que o Brasil colaborativo faz e é capaz de fazer", disse a secretária nacional da SPU. Cassandra Nunes destacou o interesse da União em disponibilizar terras públicas para os que mais precisam. Ela ressaltou ainda que pensar a regularização de terras é uma missão socioambiental e econômica que minimiza as desigualdades sociais em todo o país.

A secretária nacional do Patrimônio da União participou também da I Oficina de Regu-

larização Fundiária, que aconteceu na última quarta-feira (12). O encontro permitiu o diálogo e a troca de experiências entre a SPU e lideranças dos movimentos ligados à regularização fundiária.

No ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, estavam presentes ainda o vice-governador, Carlos Brandão, os secretários estaduais, Adelmo Soares (Agricultura), Robson Paz (Comunicação), o diretor do Iterma, Mauro Jorge, as juízas Oriana Gomes, Luzia Neponucena e Francisca Galiza, secretários municipais e representantes das secretarias estaduais.

Câmara homenageia advogados de Imperatriz em sessão solene

A solenidade marcou as comemorações pelo Dia do Advogado

A Câmara Municipal de Imperatriz realizou, na quinta-feira (13), sessão solene em comemoração ao Dia do Advogado. A cerimônia foi prestigiada pelo prefeito Sebastião Madeira e contou com as presenças do diretor do Fórum de Justiça, juiz Delvan Tavares; do presidente da subseção da OAB, Malaquias Neves; do presidente da Câmara Municipal, José Carlos Soares Barros, vereadores, juízes, advogados e convidados.

Ao abrir o evento, o conselheiro da subseção da OAB, Adriano Pinto, agradeceu a homenagem e falou sobre o exercício da advocacia, que vai muito além da interpretação e aplicação estrita da lei, afirmando que “há valores mais altos a se perseguir, valores próprios da profissão e que a tornam única e inconfundível”.

Ele reforçou ainda a importância da vocação. “O advogado por vocação individual e com espírito de missão coletiva, na sua incessante procura do justo e da justiça, não é um simples profissional liberal como os outros. Muitas vezes,



Fábio Barbosa

Autoridades cantam o Hino Nacional durante a abertura da sessão solene em homenagem aos advogados de Imperatriz

quando tudo falha, é a única e a última esperança para a justiça na sociedade”.

O presidente da subseção da OAB de Imperatriz, Malaquias Neves, durante seu pronunciamento citou os princípios que norteiam a profissão. “A bandeira da nossa administração tem sido pautada não

só na defesa dos interesses dos advogados, mas também da defesa da sociedade de um modo geral. Ética, honestidade, espírito de luta e respeito são os princípios norteadores que jamais poderão ser desprezados por todos nós, principalmente por nós advogados”. Neves ressaltou a im-

portância da conduta dos profissionais. “Cabe a nós advogados possuímos condutas retilíneas para que possamos continuar contribuindo e tendo o mesmo respeito e a credibilidade dessa honrosa entidade da qual temos o imenso orgulho de pertencer”. (Mari Marconccine / Assessoria)

Projeto Arte & Cidadania nas Escolas será lançado dia 21 na Fundação Cultural

A expectativa de estudantes e professores é grande com o retorno do projeto

Fotos: Domingos Cezar



Delvan Tavares ministra palestra de ética e cidadania

Estudantes, professores e gestores das escolas públicas do município aguardam com muita expectativa o retorno do projeto Arte & Cidadania nas Escolas, que será lançado, oficialmente, no próximo dia 21, às 16h30, na sede da Fundação Cultural de Imperatriz - FCI, situada na confluência das ruas Simplício Moreira e Gonçalves Dias.

A informação foi prestada pelo presidente da Fundação Cultural de Imperatriz, Antonio Mariano de Lucena Filho, e confirmada pelo poeta/cantador Zeca Tocantins, idealizador e coordenador. O projeto tem ainda em sua coordenação o juiz de Direito, Delvan Tavares, que orienta a ética e cidadania aos alunos das escolas visitadas.

De acordo com Lucena Filho, o projeto foi criado há cinco anos e já visitou cerca de 80 escolas do município de Imperatriz, além de dois municípios vizinhos. "Para nós, tem sido um orgulho muito grande tocar esse projeto que não é somente cultural, mas também de largo alcance social", afirma o presidente da Fundação Cultural.

E esse alcance social, destaca Lucena Filho, se deve ao esforço e dedicação do juiz Delvan Tavares e dos membros do Comissariado de Justiça que também o acompanham no projeto. "O doutor Delvan instala o equipamento de som, ministra palestras, é uma pessoa totalmente comprometida com o projeto",



Zeca Tocantins comanda o momento cultural

afirma Lucena Filho.

As escolas previamente agendadas recebem toda a equipe do projeto, com a programação iniciando nas salas de aula, aonde os membros do Comissariado de Justiça ministram palestras com temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seguida, no pátio, Delvan Tavares ministra palestra de ética e cidadania.

O magistrado sempre faz citação de sua infância humilde, aconselha os jovens a não desistir da escola. Ao contrário, incentiva-os a continuarem seus estudos até chegarem a uma faculdade, quando todos terão a oportunidade de ter uma profissão digna. Para Delvan Tavares, o caminho do sucesso passa necessariamente pela educação.

Após a palestra, inicia o momento cultural sob o comando do coordenador Zeca Tocantins. Nesta ocasião, os artistas que acompanham o projeto cantam, declamam poemas e oferecem oficinas de pintura. Num verdadeiro intercâmbio cultural, os alunos também cantam, declamam seus poemas e apresentam peças teatrais.

O projeto Arte & Cidadania nas Escolas tem a coordenação da Fundação Cultural de Imperatriz, com a parceria da Vara da Infância e Juventude, Comissariado de Justiça, Secretaria Municipal de Educação e Academia Imperatrizense de Letras - AIL. *(Domingos Cezar/ASCOM)*

Madeira participa de homenagem comemorativa ao Dia do Advogado

Fábio Barbosa

O prefeito Sebastião Madeira, acompanhado do vice-prefeito Luiz Carlos Porto e dos secretários municipais Daniel Souza (Regularização Fundiária) e Conceição Formiga (Mulher), participou nessa quinta-feira (13), às 9h30, da sessão comemorativa alusiva a 11 de agosto - Dia do Advogado.

Na ocasião, o chefe do Poder Executivo parabenizou o vereador-presidente José Carlos Soares Barros (PTB) - e todos os demais parlamentares - pela realização da sessão em homenagem à classe dos advogados. "É uma homenagem muito justa", reconheceu.

Também saudou o juiz de Direito, Delvan Tavares Oliveira (Infância), presente à Mesa Diretora, e enfatizou a importância da implantação da "Casa da Criança de Imperatriz", destinada a abrigar crianças em situação de risco com idade até seis anos.

A "Casa da Criança" é uma



Prefeito Madeira participou ontem, na Câmara Municipal, da homenagem alusiva ao Dia do Advogado

parceria entre a Prefeitura de Imperatriz e o Poder Judiciário, onde dispõem de monitores, zeladores, cozinheiras e seguranças, em ambiente climatizado, com salas de enfermagem, refeitório, berçário, lazer e banheiros.

"É o que mais me orgulho em nossa administração, é como o município de Imperatriz trata as crianças que não têm quem cuide delas; parceria extremamente próxima e eficiente com

o judiciário", frisou.

Homenagem - O prefeito Madeira prestou ainda homenagem a todos os advogados de Imperatriz, na pessoa do presidente da subseção da OAB, Malaquias Pereira. "Quanto mais tempo passa, maior é o respeito à profissão de advogado. E nesses quase sete anos de administração, respeito mais ainda essa classe", finalizou. **Gil Carvalho (ASCOM)**

Acusado de homicídio vai a julgamento em Zé Doca

Em júri designado para o dia 22 de outubro, às 8h, na Câmara Municipal de Vereadores de Zé Doca, a 1ª Vara da Comarca leva ao banco de réus o acusado de homicídio Antonio Renato da Silva, vulgarmente conhecido como "Lourinho".

De acordo com a denúncia, no dia 11 de maio de 2013, por volta das 22h, o réu desferiu quatro golpes de faca Antonio José da Silva Pereira, matando-o.

Ainda de acordo com a denúncia, na noite do crime Antonio Renato chegou a um bar localizado no município munido de faca e aparentemente sob efeito

de álcool e drogas e anunciando que "iria furar um naquela noite".

A provocação teria por alvo um primo de Antonio José, Raimundo Nonato Corrêa Moraes, o "Cabeludo", como é conhecido, e teria por motivação desavenças relacionadas a uma dose de cachaça. A vítima, que também se encontrava no bar, teria então pedido ao acusado que parasse com a provocação, mas não foi atendido.

Consta da denúncia que, de repente, o acusado investiu contra Raimundo Nonato, ocasião em que

Antonio José teria tentado defender o primo, sendo atingido por uma facada no abdômen, quando o acusado fugiu do local.

Segundo os autos, as pessoas então se aglomeraram ao redor da vítima, que se encontrava caída ao chão, quando o acusado retornou ao local e vendo a cena, aproximou-se de Antonio José, quando teria dito: "Tu ainda não morreu? (sic). Ato contínuo, Antonio Renato teria desferido outros três golpes de faca em Antonio José, que não resistiu aos ferimentos, morrendo no hospital para onde foi levado.

TJMA apresenta relatórios sobre a execução penal a relator da ONU

Pág - 2

TJMA apresenta relatórios sobre a execução penal a relator da ONU

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, recebeu, nesta quinta-feira (13), a visita do relator especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Méndez, que está em missão junto aos órgãos governamentais e não-governamentais de quatro capitais brasileiras, em busca de informações sobre a realidade da Justiça Criminal e situações relacionadas a sua área de atuação.

Participaram do encontro os desembargadores Fróz Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF), e Joaquim Figueiredo, presidente da 3ª Câmara Criminal; além dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais de São Luís), Antonio Luís Almeida Silva, coordenador da Central de Inquéritos, e Artur Gustavo, diretor de Direitos Humanos da Associação dos

Magistrados do Maranhão (AMMA).

Durante a reunião com o relator e equipe de assessores, os magistrados apresentaram um breve relato sobre a estrutura e o funcionamento da Justiça criminal no Maranhão e os resultados dos projetos e programas desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, nos últimos cinco anos, para garantir a efetividade da execução penal, que resultaram em maior celeridade na tramitação dos processos e na redução do número de presos nos presídios e delegacias do Estado.

A presidente em exercício do TJMA entregou ao enviado especial da ONU relatórios contendo informações e dados referentes a dez ações desenvolvidas pelo Tribunal, individualmente ou em parceria institucional com os órgãos do sistema de Justiça.

As ações contemplam as audiências de custódia, os mutirões permanentes de análise processual, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados- APAC, o Núcleo de Assistência ao preso (NAP), o Plano de

Saúde Integral ao Preso, as penas alternativas e monitoramento eletrônico, a construção de unidades prisionais, transferência de presos da capital para o interior, instauração de procedimentos administrativos e aperfeiçoamento do sistema de execução penal.

A desembargadora avaliou a reunião como proveitosa para o Judiciário. "Podemos expor as providências tomadas e levar ao conhecimento da nação e do mundo - por meio da ONU-, o que está sendo feito pelo Judiciário maranhense, no que tange às questões suscitadas pela comissão", disse.

Após a audiência, o relator especial da ONU manifestou a sua satisfação com a visita. Disse que as respostas dadas pelas autoridades judiciárias foram "ilustrativas" em relação aos questionamentos feitos e informou que o relatório preliminar da comissão será apresentado às autoridades do governo federal nesta sexta-feira, em Brasília, e, após, à imprensa. "O relatório definitivo da visita será informado em um ou dois meses", concluiu o relator.

Dados - Dentre outros

dados, o coordenador da UMF informou à comissão da ONU a realização de cinco mutirões carcerários nos presídios da capital, e a realização de 683 audiências de custódia pelos juízes, desde outubro do ano passado, que resultaram em 349 liberações (51,10%) e 334 prisões (48,90%). E, ainda, a notificação, em 2015, de 16 casos envolvendo tortura e maus tratos a presos, que estão sendo apurados pelas autoridades da Justiça.

Segundo o desembargador Fróz Sobrinho, a reunião foi positiva para o Poder Judiciário. "Nós demonstramos as ações realizadas e entregamos a documentação necessária à análise dessas ações, focando em três pontos principais: os mutirões carcerários, as audiências de custódia e os casos de tortura identificados", explicou o coordenador da UMF.

Os magistrados presentes responderam a diversos questionamentos feitos pelo relator e assessores sobre o funcionamento da Justiça criminal no Estado e acerca de questões pontuais, envolvendo o tratamento dispensado aos presos e encaminhamento dos casos de denúncias de torturas e maus tratos.

Mais 30 comarcas passam a contar com juízes titulares

Mais 30 trinta comarcas iniciais vagas passam a contar, desde ontem, com novos juízes titulares, recém-empossados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A escolha das unidades judiciais a serem ocupadas foi feita em audiência pública, obedecendo ordem de antiguidade para fins de

titularização dos magistrados.

A vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, conduziu a cerimônia e assinou os termos de titularização, no gabinete da Presidência do Tribunal.

Por designação da presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Freire, o desembargador

Cleones Cunha presidiu a audiência pública de escolha das comarcas, nesta quarta-feira (12). A opção dos juízes foi feita segundo a ordem de classificação no concurso público, homologado conforme a Resolução nº 022/2015.

A sessão foi iniciada pelo juiz Isaac Diego Vieira de Sousa e

Silva, primeiro colocado, que optou pela comarca de São Bernardo para iniciar sua carreira na magistratura. Em seguida, Raniel Barbosa Nunes escolheu assumir a zona judiciária de São João dos Patos. Em terceiro lugar, Ivna Cristina de Melo Freire, iniciará suas atividades como juíza de Pindaré-Mirim.

Comissão Sentenciante garante reconhecimento de paternidade

Durante toda esta a Corregedoria da Justiça do Maranhão intensificou, nesta semana, os trabalhos do Projeto Comissão Sentenciante na Comarca de Itapecuru Mirim (117Km de São Luís) com a realização de 345 audiências. Uma delas foi especial porque garantiu o reconhecimento voluntário de uma filha por parte do pai. Um olhar foi suficiente para fazer o coração do senhor Roque Santana Vieira bater mais forte e reconhecer a adolescente como sua filha.

O reconhecimento só foi possível após 15, em virtude da não localização do pai anteriormente, uma vez que reside em outro município. De acordo com a juíza Tereza Palhares, o momento de foi de grande emoção, quando ao se encontrar com a mãe da adolescente e a ele foi apresentada a filha. O pai reviveu o passado e após duradouro abraço, de mãos dadas, passou a conversar com a filha.

Ter o nome do pai em seus documentos é direito de todo cidadão, no entanto ainda são muitos os entraves que dificultam a garantia desse direito. O caso relatado faz parte do Programa Reconhecer é Amar, também da Corregedoria da Justiça, que garante o requerimento para reconhecimento de



paternidade em todo o Estado. A ação foi proposta pela filha, representada pela sua mãe.

A Comissão Sentenciante encerra seus trabalhos em Itapecuru nesta sexta-feira (14), após uma semana de intenso trabalho em que foram realizadas audiências envolvendo casos de família de juizado cível que tramitam na 3ª Vara da Comarca.

A Comissão é uma iniciativa da Corregedoria com a finalidade de desafogar unidades judiciais com grande volume de processos. Ela é executada por solicitação do juiz originário da unidade ou por iniciativa da Corregedoria,

caso a unidade esteja vaga. Atualmente, compõe o projeto os juízes Rodrigo Nina, Larissa Tupinambá, Gustavo Medeiros e Tereza Palhares. Eles contam com o suporte dos servidores Toni Frazão, Ana Cláudia Amaral, Gustavo Garcia, Liriam Samizava, Inês Arruda e José Kennedy Costa.

Em Itapecuru o projeto contou com a parceria com Ministério Público e Defensoria Pública, por meio dos promotores de Justiça Carla Mendes Alencar e Gustavo Dias e do defensor público Marcos Monteiro. Também atuou ativamente nas atividades a

juíza Laysa Mendes, que responde pela 3ª Vara.

Outras ações – A Semana foi movimentada na Comarca de Itapecuru, que realizou nessa quarta-feira (11) a primeira audiência de custódia fora da capital, São Luís. Também foi entregue o prédio da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), que trabalho com uma metodologia voltada para o resgate das pessoas presas e tem como base o trabalho e a educação. A reforma contou com a mão de obra dos próprios presos que cumprem pena na unidade de ressocialização do município.

Lei sobre regime de previdência de Barreirinhas é inconstitucional

Os desembargadores do Tribunal de Justiça declararam a inconstitucionalidade formal da Lei nº 652/2011 de Barreirinhas, que criou o Regime Próprio da Previdência do município, constatando que o projeto de lei foi sancionado sem as emendas votadas e aprovadas pela Câmara Municipal.

A ação direta de inconstitucionalidade foi proposta pela Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público Estadual (MPE), apontando vício formal e ao devido processo legislativo enquanto fator de segurança à sociedade, já que a lei causaria prejuízos aos servidores municipais, trazendo uma lacuna quanto ao ente recolhedor das contribuições previdenciárias, posto que não recolheriam nem para o Regime Geral da Previdência Social nem ao Regime Próprio. Alegou que os servidores poderiam ficar desassistidos quando de sua aposentadoria ou terem seus cálculos alterados para adquirir o direito ao benefício.

Para o relator, desembargador Joaquim Figueiredo, a sanção do projeto de lei pelo prefeito sem as emendas aprovadas pela Câmara afrontou os princípios constitucionais da independência e separação dos poderes, suprimindo todo o trabalho do Legislativo, enquanto poder do povo e promotor de debate e discussão.

TJMA apresenta relatórios sobre a execução penal à ONU

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, recebeu ontem (13) a visita do relator especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Méndez, que está em missão junto aos órgãos governamentais e não-governamentais de quatro capitais brasileiras, em busca de informações sobre a realidade da Justiça Criminal e situações relacionadas a sua área de atuação.

Participaram do encontro os desembargadores Fróz Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF), e Joaquim Figueiredo, presidente da 3ª Câmara Criminal; além dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais de São Luís), Antonio Luís Almeida Silva, coordenador da Central de Inquéritos, e Artur Gustavo, diretor de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Durante a reunião com o relator e equipe de assessores, os magistrados apresentaram um breve relato sobre a estrutura e o funcionamento da Justiça criminal

no Maranhão e os resultados dos projetos e programas desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, nos últimos cinco anos, para garantir a efetividade da execução penal, que resultaram em maior celeridade na tramitação dos processos e na redução do número de presos nos presídios e delegacias do Estado.

A presidente em exercício do TJMA entregou ao enviado especial da ONU relatórios contendo informações e dados referentes a dez ações desenvolvidas pelo Tribunal, individualmente ou em parceria institucional com os órgãos do sistema de Justiça.

As ações contemplam as audiências de custódia, os mutirões permanentes de análise processual, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), o Núcleo de Assistência ao preso (NAP), o Plano de Saúde Integral ao Preso, as penas alternativas e monitoramento eletrônico, a construção de unidades prisionais, transferência de presos da capital para o interior, instauração de procedimentos administrativos e aperfeiçoamento do sistema de execução penal.

A desembargadora avaliou a reunião como proveitosa para o Judiciário. "Podemos expor as

providências tomadas e levar ao conhecimento da nação e do mundo - por meio da ONU-, o que está sendo feito pelo Judiciário maranhense, no que tange às questões suscitadas pela comissão", disse.

Após a audiência, o relator especial da ONU manifestou a sua satisfação com a visita. Disse que as respostas dadas pelas autoridades judiciárias foram "ilustrativas" em relação aos questionamentos feitos e informou que o relatório preliminar da comissão será apresentado às autoridades do governo federal nesta sexta-feira, em Brasília, e, após, à imprensa. "O relatório definitivo da visita será informado em um ou dois meses", concluiu o relator.

DADOS – Dentre outros dados, o coordenador da UMF informou à comissão da ONU a realização de cinco mutirões carcerários nos presídios da capital, e a realização de 683 audiências de custódia pelos juízes, desde outubro do ano passado, que resultaram em 349 liberações (51,10%) e 334 prisões (48,90%). E, ainda, a notificação, em 2015, de 16 casos envolvendo tortura e maus tratos a presos, que estão sendo apurados pelas autoridades da Justiça.

DIVULGAÇÃO



Foram expostas ações realizadas pelo TJMA e entregue documentação para análise da equipe da ONU

Clima de otimismo

A presidente do PPS-MA, Eliziane Gama, voltou a afirmar que o clima no PPS é de otimismo em relação às eleições de 2016. “O PPS no Maranhão disputará o comando de pelo menos 40 municípios no estado, e acreditamos que vamos eleger número expressivo de vereadores em todo o Maranhão”, afirmou.

Neste sábado, o PPS-MA realizará o Encontro Estadual de Formação Política com a participação das lideranças e dos pré-candidatos do partido no estado. O evento contará com a palestra do Juiz Marlon Reis com o tema: Análise sobre Reforma e Atual Conjuntura Política.

Segundo Eliziane Gama, o objetivo do evento é a formação de diretrizes do partido e debate com os pré-candidatos.